

QUARTA, 20/05/87

JORNAL DE BRASÍLIA

20 MAI 1987

A decisão de Sarney

Continua repercutindo em todo o país a fala do presidente Sarney, pronunciada anteontem em cadeia nacional de TV. As opiniões são divergentes e é difícil se fazer uma estimativa séria sobre as reais tendências provocadas em nosso mundo político. Entre os governadores que se pronunciaram existe uma inclinação à prudente aprovação das posições adotadas pelo presidente. É importante que neste momento se pense mais nos destinos de nossa nascente democracia que em interesses pessoais ou partidários.

O presidente comunicou à nação que seu mandato é de seis anos, mas que dentro de um espírito de desambição ele só cumprirá cinco. Aconselhou que se adote de forma permanente o mandato de cinco anos e disse que considera o regime presidencialista o mais aconselhável.

A decisão do presidente foi, por ele mesmo, apresentada como uma retomada da autoridade política. Neste sentido o presidente tocou numa tese que sensibiliza grande parte da opinião pública e a imensa maioria daqueles que servem ao estado e como tal participam, ainda que de forma diminuta, da responsabilidade de dirigir e tornar governável o país.

Colocando a questão da autoridade política no centro de suas preocupações e afirmando que ela é indispensável para o bom êxito da transição democrática e, mesmo, para um combate à crise, o presidente demonstrou firmeza e determinação. Diante

da grave crise que o país atravessa, é indispensável que todos participem da obra de reconstrução de nossa combalida economia. E que todos tenham consciência da delicada fase da transição para a democracia, que foi resultado de um amplo acordo liderado por Tancredo Neves. Deste acordo participaram forças heterogêneas, portanto convém a união destes segmentos que desejam a democracia para que ela prevaleça. Só assim o processo terá pleno êxito.

A consciência da delicadeza da situação em que vivemos não pode, entretanto, dar lugar a práticas pouco democráticas. Não se constrói um regime de liberdade atentando contra as instituições encarregadas de garanti-la.

No momento em que o presidente reafirma sua autoridade — e o faz de forma decisiva —, deve-se voltar a exigir do governo eficácia administrativa, cobrar os remédios que são apresentados como eficazes. Não é mais possível continuar por um caminho que muitos acham perigoso.

O discurso do presidente causou um choque no mundo político, mas não abalou o clima de livre debate. Isto é fundamental e não pode ser colocado em risco. A tranquilidade com que a população recebeu as palavras do presidente demonstra maturidade política.

Os setores representativos precisam agir com sabedoria e levar a bom porto a democracia que prometeram à sociedade.